



DOI: 10.31416/rsdv.v10i3.375

O impacto da pandemia na participação feminina na fruticultura do Vale do São Francisco

The impact of the pandemic on female participation in fruit production in the São Francisco Valley

RODRIGUES, Amanda Mirele de Souza Lima - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, campus Petrolina zona rural, telefone (87)99111-7810, e-mail: amandamirelerodrigues@gmail.com

MELO, Rosemary Barbosa de - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, campus Petrolina zona rural, telefone (87) 99626-4730, e-mail:rosemarybm1@hotmail.com

RODRIGUES, Evandro Gomes - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, campus Petrolina zona rural, telefone (87) 99109-2000, e-mail:tecevandrorodrigues6@gmail.com

SILVA, Jeane Souza da - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, campus Petrolina zona rural, telefone (87) 99104-4553, e-mail: jeane.souza@ifsertao-pe.edu.br

RESUMO

Este trabalho foi realizado afim de compreender a participação feminina na fruticultura no Submédio do Vale do São Francisco com o impacto da pandemia na participação feminina no setor, especificamente em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, que são os polos de produção e exportação de frutas. Visto que com a pandemia, muitas mulheres precisaram abdicar da vida profissional e passar a cuidar dos filhos em casa., principalmente no período de 'lock down', esse estudo visou observar esse impacto neste setor específico. Este experimento foi realizado através de uma pesquisa qualitativa. A coleta de dados foi realizada através de um questionário online, pela plataforma Google forms, e posteriormente foi realizada a descrição e análise dos dados onde foi possível perceber que a pandemia impactou sim este setor, causando queda no rendimento de trabalho e até evasão.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras, Representatividade feminina, Vale do São Francisco.

ABSTRACT

This work was carried out in order to understand the female participation in fruit growing in the Submédio do Vale do São Francisco with the impact of the pandemic on female participation in the sector, specifically in Petrolina-PE and Juazeiro-BA, which are the fruit production and export hubs. Since with the pandemic, many women had to give up their professional lives and start taking care of their children at home, especially during the 'lock down' period, this study aimed to observe this impact in this specific sector. This experiment was carried out through a qualitative research. Data collection was carried out through an online questionnaire, through the Google forms platform, and later the description and analysis of the data was carried out where it was possible to perceive that the pandemic did impact this sector, causing a drop in work income and even evasion.

Keywords: Working Women, Female Representativeness, São Francisco Valley



Introdução

No Brasil, antes da chegada dos europeus e mesmo posteriormente à vinda dos negros africanos, a divisão dos trabalhos na produção agrícola entre homens e mulheres era considerada igualitária. Além de a mulher exercer suas responsabilidades dentro da casa, ela também era responsável pela produção de alimentos. Muitos homens dessas sociedades cuidavam da caça e da pesca. A diferenciação dos sexos no trabalho no campo começou por influência europeia, com a instalação da corte real portuguesa no Brasil, em 1808 (Moreira, 2005).

Apesar da longa e incontestável presença da mulher no cenário econômico da humanidade, é a partir dos anos 70 através das análises de Boserup (1970) que o papel ativo da mulher é reconhecido. Demonstrou que os planejadores do desenvolvimento sempre atuaram sob pressupostos estereotipados sobre as mulheres: subestimação do seu papel produtivo e a equiparação do trabalho das mulheres às tarefas de reprodução associada a cuidados. Seus estudos revelam que até aquele momento os processos de desenvolvimento vinham contribuindo com a marginalização da mulher, uma vez que havia a divisão sexual do trabalho. Seus estudos provaram que no desenvolvimento da grande indústria nos países do terceiro mundo provocavam a diminuição da oferta de trabalho às mulheres, pela estrita substituição dos produtos artesanais produzidos pelas mulheres em favor dos produtos industrializados, e nesse caso produzidos por homens em sua grande maioria. Assim, Boserup (1970) conclui que ao reduzir a participação feminina nas atividades econômicas, o desenvolvimento teve um efeito prejudicial para a mulher das zonas rurais desses países subdesenvolvidos.

A fundamentação da tese de Boserup se sustenta de que as desigualdades sociais são resultado da exclusão da mulher do sistema produtivo, como consequência das imperfeições do processo de modernização, logo respondem por distorcer os padrões tradicionais e reciprocidade entre gênero (Fernández-Kelly, 1991).

O espaço destinado à agricultura familiar está sendo aos poucos ocupados por moldes tecnificados, poupadores de mão-de-obra e de práticas modernas de produção. Mesmo assim, esse setor se destaca pelas ocupações geradas na área rural, ao mesmo tempo em que está incidindo a contribuição do trabalho feminino



na implementação de novas alternativas rentáveis para as unidades produtivas (Wanderley, 2009).

Nos últimos 50 anos o agronegócio brasileiro vem experimentando um intenso processo de transformação que promoveu forte impacto econômico e social no setor. Esse fenômeno teve início a partir dos anos sessenta, período em que o Brasil incrementou mais efetivamente o processo de modernização no campo. Neste momento, foi possível se observar a elevação e o incremento da produtividade agrícola, um grande crescimento da população do campo, bem como a intensificação do processo de êxodo rural-urbano (Nascimento, 2002 apud in Osakabe).

Na década de 70 houve um intenso processo de integração entre a agricultura e a indústria, promovendo profundas modificações no modelo de produção via aumento do grau de mecanização das lavouras, do melhoramento genético através da utilização do uso de sementes selecionadas, do uso de fertilizantes e do preparo do solo, plantio e colheita da terra (Graziano da Silva, 1999 apud in Osakabe). Nos anos oitenta, o ritmo do processo de modernização foi menos intenso, provocado pelo contexto recessivo que o Brasil enfrentava com a inflação veloz, a estagnação da produção urbana, especulação financeira e dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado. O desdobramento deste panorama acarretou desemprego, contração salarial intensificando o aumento das desigualdades sociais e regionais.

Na década de 90 verificou-se a continuidade do processo de modernização agrícola através do emprego de tecnologias cada vez mais sofisticadas. Esse novo contexto tecnológico produziu alguns impactos distintos: por um lado, a redução da demanda por mão-de-obra agrícola e, de outro, a necessidade do trabalhador rural de incorporar na sua formação profissional novas habilidades para acompanharem a crescente e sofisticada tecnificação dos processos produtivos (Balsadi, 2000 apud in Osakabe). Com a intensificação do processo de modernização passou haver a liberação de fluxos de trabalhadores executar outros tipos de atividades. Essas novas modalidades de trabalho que antes envolviam todos os membros da família passaram a ser executadas pelo chefe (figura masculina), fazendo com que os outros integrantes passassem a buscar novas alternativas, inclusive ocupações de caráter não- agrícola.



Estudos recentes sobre o novo rural brasileiro de Graziano da Silva (1999), Del Grossi (1999 apud in Osakabe), Balsadi (2000 apud in Osakabe) e Nascimento (2002 apud in Osakabe) mostram que o surgimento dessas novas atividades não agrícolas no campo tem compensado, em parte, a redução da ocupação agrícola, evitando a evasão da população do campo para as cidades.

Destas atividades consideradas não agrícolas que mais se desenvolveram, chamam a atenção para o surgimento de novas agroindústrias, ampliação de serviços públicos e o surgimento de novas atividades ligadas ao lazer e ao turismo.

Neste contexto de modificações na área rural, o papel da mulher na composição da renda familiar passou a ter importância fundamental na estratégia de sustentabilidade destas famílias. Assim, o recente processo de inserção feminina em atividades não agrícolas no meio rural vem contribuindo para ampliar o número de famílias que passam a depender do seu trabalho para manter ou elevar o nível de renda. O gênero é a base da divisão mais primária do trabalho na maioria das sociedades, fazendo a distinção entre atividades de “produção” e “reprodução”. As primeiras se relacionam, em geral, com atividades que geram ingressos através do mercado enquanto as segundas se dedicam a provisão de cuidados para a manutenção e desenvolvimento das pessoas. Ainda que algumas políticas públicas, como as de saúde e educação, se referem a atividades reprodutivas realizadas pelo Estado, a maior parte de tais atividades depende das mulheres que, em geral, realizam tarefas domésticas de forma não remunerada, e por isto não mensuradas, enquanto os homens se especializam nas atividades “produtivas” pelas quais recebem uma remuneração salário. Sendo assim, sempre se torna mais difícil entender o papel que as mulheres desenvolvem na produção e que desafios e oportunidades representam as políticas públicas de apoio à agricultura familiar no sentido de superar as desigualdades de gênero existentes e impulsionar o acesso das mulheres a tais apoios governamentais.

Uma das faces do trabalho rural é a coexistência de diferentes níveis de especialização na viabilização de um mesmo processo produtivo e o nível de qualificação e especialização dos trabalhadores nos processos de produção de frutas irrigadas, por exemplo, necessitam ser atualizados, em decorrência das características da demanda (Cavalcanti et al., 2012).

O mercado da fruticultura brasileira é bastante significativo, o agrobusiness



é o maior negócio do Brasil: vale 25% do total da produção nacional, gera 37% de todos os empregos e responde por 40% das exportações, sendo o único setor superavitário, responsável mesmo pela salvação da nossa balança comercial (Rodrigues, 2002, sp. apud Segabinazi, 2013).

A mulher no agronegócio tem ganhado prestígio e conquistado seu espaço. Essa afirmação se justifica por sua capacidade e desenvolvimento profissional, pois estas, têm cada vez mais buscado conhecimento profissional ensejando em uma melhor desenvoltura de suas funções o que as tornam tão capacitadas e competentes quanto os homens (Camargo, 2018).

A literatura sobre o tema mostra que, no início da implantação da produção através de sistemas irrigados, no Vale do São Francisco, houve um aumento considerável da oferta de empregos que absorveu principalmente a mão de obra feminina (Cavalcanti, 1999, 2003, 2004; Cavalcanti et al., 2002 apud cavalcanti et al., 2012), em especial no cultivo da uva.

Todavia, o papel da mulher nas atividades agrícolas, não se restringe a produção e comercialização de alimentos. Além do trabalho no campo, observa-se também sua atuação nas mais distintas funções ao longo da cadeia produtiva do agronegócio. Como exemplo tem-se a atuação feminina como executivas em empresas agroindustriais, enquanto docentes em cursos voltados à área, à frente de pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e ainda, nos distintos órgãos públicos voltados às questões do agribusiness. (Cielo et al., 2014).

O processo de dominação patriarcal em curso na sociedade tem, historicamente, estruturado a reprodução de inúmeras iniquidades, sobretudo, situações de exploração e opressão sobre as mulheres. Essas injustiças, enfrentadas coletivamente, configuram-se como um problema comum às mulheres, à sua condição de gênero e, portanto, devem ser entendidas como um problema político e social. Tal sistema de dominação, que tem orientado ideologicamente a construção das relações de gênero e a definição dos papéis e lugar social de homens e mulheres, é legitimador de desigualdades que resultam em condições de vida e de trabalho bastante desiguais entre homens e mulheres, ocupando um lugar de subalternidade na sociedade (Lima, 201 apud Kergoat, 1996; Saffioti, 2004; Azevedo, 2017; Schefler, 2017).

O trabalho da mulher na maioria das vezes não é remunerado, isso torna



mais difícil entender o papel que as mulheres desempenham na produção. A mão-de-obra rural feminina desempenha afazeres domésticos na propriedade, desempenha cuidados com o quintal, que abrange o trato de pequenos animais, bem como, cultivo e manipulação de alimentos para o autoconsumo. Como são atividades que não se reconhece por geradoras de renda, não são consideradas como trabalho, em razão disso a mulher tem sua função imperceptível pelas estatísticas, por desempenhar as atividades rurais destinadas ao consumo da agricultura familiar, subentendem desse modo, como atividades agrícolas extensivas das tarefas domésticas (Abramovay & Silva, 2000).

Por isso, prevalece a ausência de mão-de-obra de mulheres no meio rural em ocupações que contribuem para o processo de desenvolvimento rural, ações cabíveis de gerar alterações no cotidiano familiar, pois considera esta abstenção determinada pelos papéis de gênero. Em que, na unidade familiar, o espaço privado é destinado à mulher e o espaço público é reservado ao homem (Staduto et al., 2009).

Dentro das relações familiares, a influente participação feminina na agricultura familiar sugere modificações na divisão social do trabalho ao contar com a renda proveniente da ocupação feminina em atividades não-agrícolas. Pois, a inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho, amplia oportunidade de novas sociabilidades, comparada ao que vem ocorrendo com as mulheres urbanas, de tal ordem abre-se espaço para elas próprias problematizarem os papéis de gênero no âmbito familiar. Possibilitando as mulheres obter condições de contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento rural (Souza et al., 2009).

As mulheres participam ativamente das decisões estratégicas, em que envolve a família, tais como: devemos procurar emprego fora da agricultura; como devemos educar as nossas crianças; devemos expandir a propriedade rural ou vendê-la e assim por diante. As decisões parecem ser uma mistura de negócios e decisões pessoais. Muitas vezes essas decisões, do que e como fazer, são tão complexas que as famílias rurais buscam orientação para ajudá-los a tomar decisões mais aceitáveis socialmente.

Estudos realizados no Brasil, indicam que a condição feminina na agricultura está estreitamente relacionada à sua condição na família. As mulheres na agricultura são esposas e filhas, e, como tais, estão, na maior parte das vezes



excluídas da sucessão na propriedade familiar, podendo ser poupadas do trabalho agrícola na divisão do trabalho, e sendo mais encaminhadas ao êxodo rural. É como esposas de agricultor que obtêm o estatuto de agricultoras (Cardon, 2004; Lagrave 1987; Caniou, 1987).

Sendo assim, as desigualdades de gênero, no Ocidente, foram decorrência não, apenas, das relações sociais, isoladamente, mas, ainda, da interação que essas relações promovem entre natureza e cultura e, conseqüentemente, entre os espaços público e privado. Logo, uma série de conceitos e definições, vinculados às mulheres e aos homens durante toda a História, foram sendo produzidos, reproduzidos, reelaborados ou mesmo abandonados, servindo para legitimar, negar, criar ou alimentar as práticas sociais. Dessa maneira, organizou-se o feminino, referido na fêmea, a quem caberia a condição de um ser aprisionado à natureza, inferior em espírito, mais fraco fisicamente, submisso e dependente da inteligência e da força do outro para sobreviver, cujo campo de atividade principal, segundo as luzes da Modernidade, estaria restrito ao espaço doméstico; e o masculino, a quem caberia a condição de um ser cultural, portanto, transcendente aos limites naturais, superior, mais forte, que deveria ser o protetor e o provedor, atuando exclusivamente no espaço público e regulando o espaço privado (Branco, 2001 apud Scott, 1991; Buarque & Vainsencher, 1998).

Corona Virus Disease (COVID-19) surgiu na China em 2019 e se espalhou por outros países, tendo a Organização Mundial de Saúde declarado, em março de 2020, a doença como pandemia e maior emergência internacional de saúde pública que se enfrenta em décadas. Diante disso, houve significativos impactos na economia, na saúde pública e na saúde mental da sociedade, principalmente em virtude do distanciamento social como medida de controle de transmissão da doença, quando as pessoas foram convidadas a não sair de casa (Bezerra, Silva, Soares & Silva, 2020; Faro et al, 2020; Medeiros, 2020; Schmidt, Crepaldi, Bolze, Neiva- Silva & Demenech, 2020; Silva, Santos & Oliveira, 2020. apud, Macêdo, 2020).

Diante da nova realidade, uma das formas para adaptação do mercado de trabalho, de modo a proporcionar que as atividades pudessem continuar, foi à adoção do home office, um regime de trabalho através do qual os empregados trabalham em casa, realizando a jornada de trabalho em um local diverso da sede



ou pólo da empresa, evitando assim, que tenha aglomeração de funcionários trabalhando juntos. No entanto, o trabalho em home office não é de todo positivo, pois no que colabora para evitar a contaminação pela Covid-19, contribui para que surjam problemas para os trabalhadores, como, sobrecarga de tarefas bem como danos físicos e mentais à saúde destes (Figueiredo, 2021).

A pandemia de Covid-19 e as medidas de restrição de circulação implementadas para reduzir o contágio alteraram significativamente a vida da população na maior parte do mundo. Embora possam ter efetividade no combate à pandemia, essas medidas trazem impactos relevantes no contexto laboral, principalmente para as mulheres (Dalcin et al., 2021).

A responsabilidade pelo trabalho doméstico formal ou não, ainda é, no Brasil, exclusivamente destinada às mulheres, representando uma desigualdade entre os gêneros masculino e feminino. Esse trabalho é marcado por dor, opressão e adoecimento, principalmente diante da naturalização da posição subalterna que a mulher ocupa na sociedade e na hierarquia da estrutura familiar tradicional, que a leva à exaustão diante dos cuidados requisitados por todos os membros da família (Macêdo, 2020).

Tendo em vista a importância desta discussão e da relevância do tema, este trabalho de caráter exploratório, visou identificar a participação das mulheres no agronegócio frutícola do Vale do São Francisco, considerando que elas contribuem para o desenvolvimento do meio rural e econômico, e identificar o impacto da pandemia do COVID-19 nesta participação.

Material e métodos

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, através de aplicação de questionário online, pela plataforma google formulários, para levantamento dos dados como: idade, estado civil, número de filhos, formação, área de atuação e tempo de atuação. Em seguida, foi realizada a descrição e análise dos dados obtidos. Essa análise permite compreender como algumas mulheres que trabalham com o setor do agronegócio, mais especificamente na fruticultura, no Submédio do Vale do São Francisco, percebem a participação feminina no Agronegócio, e o impacto da pandemia na participação feminina no setor, especificamente em Petrolina-PE e



Juazeiro-BA, que são os polos de produção e exportação de frutas.

O procedimento de coleta de dados foi realizado através de um questionário criado especificamente para atender aos objetivos da pesquisa, com perguntas abertas e fechadas. O questionário foi aplicado com funcionárias de empresas relacionadas à fruticultura em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, que serão mantidas em sigilo.

Após a aplicação de todos os questionários, foi desenvolvida a análise dos resultados obtidos, através de gráficos foram feitos através do Excell, bem como a tabulação dos dados. Como resultado, buscou-se identificar se houve impacto da pandemia sob a participação feminina na fruticultura, especificamente em Petrolina-PE e Juazeiro- BA.

Resultados e discussão

Como resultado observou-se que dentre as participantes da pesquisa trabalham em diversas áreas da fruticultura, desde agente comercial, setor de vendas, logística, auxiliar de controle de qualidade, no monitoramento de pragas e doenças da videira, expedição de selos de qualidade, no setor de fertirrigação, trabalho embalando frutas, trabalhadora rural, e afins. A faixa etária das mulheres que participaram foi entre 20 e 50 anos.

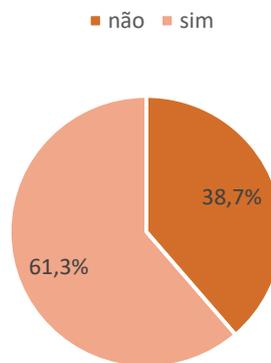
Foi possível observar quanto ao grau de escolaridade das participantes que apenas 9,67% possui nível superior, o que é um número aceitável, quando levado em consideração que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população que em 2019 possuía 25 anos ou mais, 19,4% das mulheres possui formação superior.

Quando questionadas sobre o tempo de atuação na área pôde-se perceber que 80,64% atua na área há muitos anos, desde dois anos à mais de 30 anos de experiência, e 19,35% começou a atuar na área depois do início da pandemia, algumas estão atuando a mais de um ano e outras há poucos meses. O que configura uma afirmação interessante: a pandemia trouxe impactos não apenas negativos com relação à participação feminina na fruticultura do Submédio do Vale do São Francisco, embora os motivos que as levou a essa inserção ao mercado sejam de necessidade financeira.



Quando questionadas sobre a percepção da queda no próprio rendimento 38,70% respondeu que não perceberam e 61,29% respondeu que perceberam (Figura 1). O que corrobora com a pesquisa realizada por DALCIN, et al., (2021) que afirma que a sobrecarga experimentada durante o isolamento foi apenas a intensificação de encargos historicamente assumidos pelas mulheres, especialmente no âmbito doméstico. Essa intensificação ocorreu preponderantemente pela dispensa, remunerada ou não, das trabalhadoras domésticas e o fechamento de escolas e creches.

Figura 1. percepção da queda no próprio rendimento



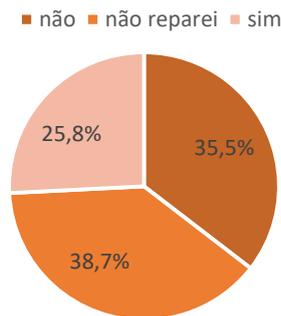
Fonte: dados da pesquisa (2021)

Quando questionadas sobre a percepção da evasão feminina devido à essa dupla jornada, 25,80% notaram que houve evasão feminina, 35,48% não perceberam evasão feminina e 38,70% não repararam (Figura 2). Segundo Barros (2021) a desocupação entre os homens atingiu a marca de 11,9% e de 16,4% entre as mulheres no final de 2020, o que vai de encontro aos dados encontrados nesta pesquisa, mostrando que não apenas houve aumento de mulheres sem emprego, como que o número de mulheres sem emprego em 2020 foi superior ao de homens. Além disso, de acordo com o IBGE, a COVID-19 vitimou no Brasil mais homens negros e pobres, escancarando as diferenças sociais e econômicas no país. Mas, as mulheres parecem mais alcançadas pelos desdobramentos da pandemia em vários pontos - estão nos trabalhos de cuidado, na linha de frente de enfrentamento a doença, ocupam os principais postos de trabalho que foram



diretamente impactados (hotelaria, escolas, creches, bares, restaurantes, prestação de serviços e comércio), foram isoladas em casa, um espaço que, historicamente, o movimento feminista se esforçou para libertá-las, ou seja, o cotidiano das mulheres foi muito impactado pela pandemia (Costa, 2021).

Figura 2. Percepção da evasão feminina



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Dentre as mulheres participantes 61,29% é solteira, 3,22% está em união estável, 25,80% é casada e 9,67% é divorciada. Do total de mulheres, 29,03% possui filhos e 70,96% não possui.

Quando questionadas sobre o aumento na jornada de trabalho, devido à dupla jornada trabalho/lar, 87,09% respondeu que a jornada aumentou, 9,67% respondeu que não aumentou e 3,22% respondeu que teve que parar de trabalhar devido à sobrecarga. O que corrobora com os dados de Collins et al. (2021) que apontam que o aumento na demanda de tempo com os filhos e dos trabalhos domésticos na pandemia fez com que mulheres, especialmente as que têm filhos, tenham reduzido sua carga de trabalho formal 4 a 5 vezes mais do que os homens, o que gerou desafios adicionais para elas em termos de empregabilidade e trouxe consequências na sua saúde mental.

Conclusão

Foi possível concluir que a pandemia do COVID-19 influenciou na participação feminina na fruticultura do Submédio do Vale do São Francisco. Tanto



nas mulheres que ocupavam cargos de maior destaque quanto para as que ocupavam cargos de menor destaque.

Quanto aos impactos, foi possível observar que a maioria das participantes percebeu queda no próprio rendimento de trabalho devido a dupla jornada que a pandemia lhes proporcionou. Houve também a constatação que em 87,09% dos casos houve aumento na jornada de trabalho, e pelo menos 3,22% teve que parar de trabalhar em algum momento da pandemia devido ao aumento da jornada de trabalho. Além disso, 25,80% das participantes informou que percebeu evasão feminina.

Por outro lado, embora grande maioria das participantes da pesquisa (80,64%) já atuassem na área a bastante tempo, foi possível também perceber que 19,35% começou a trabalhar durante a pandemia.

Agradecimentos

Agradeço primeira mente à Deus, pela força, determinação e coragem.

Agradeço à minha orientadora que segurou minha mão em todos os momentos desde que nos conhecemos, me ajudando academicamente, pessoalmente e profissionalmente. Pela sua amizade e por ser uma mulher tão desbravadora e fonte de inspiração. Agradeço ao meu esposo que além de muito compreensivo é também meu braço direito e meu colaborador nesta pesquisa, que embora seja homem possui um olhar inclusivo sobre o trabalho feminino e me ajuda no meu processo de empoderamento feminino, bem como em todos os meus processos evolutivos, profissionais e pessoais, obrigada por esta parceria de vida.

A minha mãe (*In Memoriam*) por ser um exemplo de força, garra, empoderamento e trabalho, sem ela eu jamais seria um por cento da mulher que sou, ela é o símbolo da resiliência, generosidade e determinação.

A minha irmã (*In Memoriam*) por me ensinar desde muito cedo que para conseguir quebrar o ciclo “de vida maria” eu teria que estudar e estudar muito, para não apenas fazer mas fazer a diferença no mundo; Obrigada minha irmã por me mostrar que as mulheres são capazes de tudo.

Ao meu pai (*In Memoriam*) por me ensinar que estudar é o caminho certo e que a educação é a minha maior arma.



Agradeço à minhas amigas que são minhas irmãs de vida: Bianca, Renata e Wynnglyde, vocês são mulheres muito diferentes, mas cada uma me ensina algo sempre, e conhecê-las fez toda a diferença na minha vida.

Agradeço à todas as mulheres que responderam a este questionário e contribuíram para a minha pesquisa.

Agradeço as mulheres que me ajudaram no processo de criação desta pesquisa seja com ideias, inspirações ou mesmo com sugestões de pessoas para responder ao questionário.

Agradeço aos meus professores da graduação, que me inspiraram a buscar trilhar o caminho da docência e a usar a educação como ferramenta de transformação social.

Agradeço aos meus colegas de faculdade por me ajudarem em diferentes momentos, seja com conselhos, com palavras, com orações, obrigada pelo apoio.

Agradeço em especial aos professores: Adriane Luciana, Rosemary Barbosa de Melo, Pablo Leal, Elizângela Maria, pela oportunidade que me deram de participar de seus projetos. Cada um foi muito especial e muito importante para minha trajetória pessoal e profissional.

Agradeço também a Deus, por ter conseguido desde o primeiro período da faculdade, ser bolsista em todos os anos, com aprovação em todos os editais que participei, essa experiência enriqueceu muito meu currículo e minha vivência acadêmica.

Agradeço ao comitê de ética pela aprovação do projeto de pesquisa.

Agradeço ao Instituto Federação de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - Campus Petrolina Zona Rural pela oportunidade de realizar esta pesquisa que é de grande importância social e de grande significado pessoal.

Agradeço pela oportunidade de morar na residência estudantil, sem a qual eu não teria como cursar faculdade.

Agradeço à todas as mulheres que passaram pela minha vida, pois de uma forma ou de outra vocês impactaram o meu pensamento sobre a participação feminina na sociedade, obrigada.

Agradeço à todos os homens que não fizeram eu me sentir diminuída no ambiente de trabalho/estudo, sua cordialidade faz a diferença, obrigada.



Referencias bibliográficas

BARROS, Alerrandre. Com pandemia, 20 Estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. Agência IBGE Notícias, 2021. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020/> Acesso: 04/04/2022

BOSERUP, E. Women's Role in Economic Development. London, George Allen & Unwin, 1970.

BRANCO, Adélia; VAINSENER, Semira. 116-Gênero e globalização no Vale do São Francisco. Textos para Discussão-TPD, 2001.

CAMARGO, Thatianne Pinto. Os desafios encontrados na inserção da mulher no agronegócio. 2018.

CARDON, P. Des femmes et des fermes: genres, parcours biographiques et transmission familiale. Une sociologie comparative Andalousie/Franche-Comté. Paris: L'Harmattan, 2004.

CAVALCANTI, J. S. B.; SILVA, A.C.B. Globalização, Estratégias Produtivas e o Trabalho de Homens e Mulheres na Fruticultura de Exportação : O caso do Vale do São Francisco. Em: www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/pernambuco/glob.doc. Acesso em: 09/04/22

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; DE ANDRADE, Berlano Bênis França; RODRIGUES, Victor. Mulheres e trabalho na agricultura de.

Censo Agropecuário. Brasília: IBGE, 2006. CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o Mercado Global. Em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a05.pdf>. Acesso em 11/03/2022.



CIELO, Ivanete Daga; WENNINGKAMP, Keila Raquel; SCHMIDT, Carla Maria. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel-Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2177-4153, v. 12, n. 1, p. 59-77, 2014.

COELHO, I. F. Agrupamento de Empresas como Fator de competitividade e vetor para o desenvolvimento local: Uma análise comparativa entre a fruticultura no Pólo Petrolina/Juazeiro, no Brasil e a Sexta Região, no Chile. Rio de Janeiro. 327p. 2008.

COLLINS, Caitlyn et al. COVID-19 and the gender gap in work hours. Gender, Work & Organization, v. 28, p. 101-112, 2021.

COSTA, Carmem Lúcia. Feminismos, pandemia e trabalho: Reflexões sobre o cotidiano de mulheres no Brasil em tempos de Covid-19. Revista da ANPEGE, v. 17, n. 32, p. 309-324, 2021.

DALCIN, Laura Reichert; NETO, João Leite Ferreira; DOS SANTOS GUZELLA, Marcelo. MULHERES E O TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA. PSICOLOGIA, TRABALHO E PROCESSOS PSICOSSOCIAIS, p. 287, 2021.

DE MELO BRANCO, Adélia; VAINSENER, Semira Adler. Gênero e globalização no vale do São Francisco. Ciência & Trópico, v. 30, 2002.

DIEESE. ANUÁRIO DAS MULHERES BRASILEIRAS. Em: www.dieese.org.br/anu/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf . Acesso: 09/05/2022.

FERNÁNDEZ - KELLY, M. P. Desarrollo económico y participación de las mujeres: viejos problemas, nuevos debates. In: PORTES, A. (Comp.). Teorias del desarrollo nacional. San José, USA: Educa., 1991.

FIGUEIREDO, lasmin da Costa et al. Gênero e trabalho: uma análise dos impactos da pandemia da Covid-19 na vida profissional de homens e mulheres. 2021.



IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese dos indicadores. Brasília: IBGE, 2006. <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/04/ibge-mulheres-tem-mais-acesso-ao-ensino-superior-mas-ainda-sao-minoria-em-areas-como-engenharia-e-ti.shtml>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese dos indicadores. Brasília: IBGE, 2006.

LAGRAVE, R.M; CANIOU, Juliette. Un statut mis à l'index. LAGRAVE, R.-M. (dir.). Celles de la terre: agricultrice: l'invention politique d'un métier. Paris: Éditions EHESS, 1987.

MACÊDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia Covid19: tecendo sentidos. Revista do NUFEN, v. 12, n. 2, p. 187-204, 2020.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Rais - Relação Anual de Informações Sociais. 2009. Cd-ROM.

OSAKABE, E. . *Caracterização do Trabalho Feminino no Rural Brasileiro*. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. Anais do 43º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, 2005.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese dos indicadores. Brasília: IBGE, 2008a.

Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050: revisão 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/brasil>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

RODRIGUES, V. O.; CAVALCANTI, J. S. B. Globalização da Agricultura e Mudanças no Mundo do Trabalho: Os Trabalhadores Rurais no Vale do São Francisco. Em SOUZA, Marcelino de. Agricultura, ocupações e rendas das pessoas nas áreas rurais do Estado do Paraná: 1992-99. Revista Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 523-544, out. 2004.



ROSA, J. C. da. Mulheres Crescem na Gestão do Agronegócio. 2012. Disponível em: <http://i-uma.edu.br/blog/2012/08/mulheres-crescem-na-gestao-do-agronegocio/> Acesso em: 10 de dez. 2012.

SEGABINAZI, Gabriella Gonçalves Trindade. A inserção da mulher no Agronegócio. 2013. APUD RODRIGUES, 2002, sp.

SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A.; STADUTO, J.A.R. Análise das formas de ocupação e rendimentos de homens e mulheres nas áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul no período 2001-2007. In: Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso Brasileiro e Economia e Sociologia Rural, SOBER, 2009. Anais... Porto Alegre: SOBER, 2009.

STADUTO, J.A.R.; TONDO, I.S.P.; NASCIMENTO, C.A.; WADI, Y.M. Ocupações das mulheres rurais no Sul do Brasil: uma perspectiva de gênero. In: Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso Brasileiro e Economia e Sociologia Rural, SOBER, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: Paulo Petersen (org.) Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Cap.2.